	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

Sumário

1.	OBJETIVO.....	3
2.	ESCOPO	3
3.	RESPONSABILIDADES	3
4.	APLICAÇÃO	4
5.	REFERÊNCIAS.....	4
6.	SIGLAS E DEFINIÇÕES.....	5
7.1.	Doações pelo IBP	6
7.2.	Captação de Recursos entre Associados para fins filantrópicos ou de interesse do IBP	9
7.3.	Doações e contribuições políticas	10
7.4.	Patrocínios pelo IBP.....	10
7.5.	Captação de Patrocínios para o IBP.....	11
7.6.	Apoio do IBP a Frentes e Grupos Parlamentares	12
7.7.	Apoio do IBP à Formação de Agentes Públicos vinculados a instituições públicas parceiras.....	12
7.8.	Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações	14
7.9.	Treinamentos	14
7.10.	Disposições finais	14
8.	ANEXOS	14

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

1. OBJETIVO

Esta Política de Doações e Patrocínios tem como objetivo estabelecer as diretrizes e regras para realização de contribuições e doações a entidades e instituições.

2. ESCOPO


O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (“IBP” ou “Instituto”) proíbe que, qualquer contribuição ou doação seja efetuada em troca de favorecimento ou vantagem indevida, ou para influenciar decisão de Agente Público, direta ou indiretamente.

São proibidas as contribuições e doações a entidades ou instituições a pedido de um Agente Público, ou na qual o Agente Público ou uma Pessoa Próxima exerça qualquer função.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (“IBP”) quer preservar e proteger sua reputação e evitar qualquer aparência de irregularidade em sua conduta com Terceiros, Agentes Públicos ou Associados, motivo pelo qual publica esta Política de Doações e Patrocínios, que estabelece requisitos a serem seguidos por todos os Colaboradores.

3. RESPONSABILIDADES

- **Associados:** (I) Todos os Associados e seus representantes devem seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Colaboradores:** (I) Todos os colaboradores devem seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento desta Política; (II) Aplicar sanções, quando cabíveis.
- **Contas a Pagar:** (I) Realizar pagamento da doação a ser feita pelo IBP.
- **Controladoria:** (I) Analisar previamente a solicitação de doação pelo IBP.
- **Diretoria Executiva Corporativa:** (I) Aprovar a solicitação de doação pelo IBP.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

- **Gerência de Eventos: (I)** Encaminhar as propostas de patrocínio de eventos do IBP para a Gerência Jurídica.
- **Gerência de Recursos Humanos: (I)** Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação desta Política.
- **Gerência Jurídica: (I)** Manter esta Política atualizada; **(II)** Divulgar esta Política, com o apoio da Gerência de Recursos Humanos.
- **Terceiros: (I)** Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas.

4. APLICAÇÃO


Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, da Associada que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta Política, são considerados terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.

Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política de Doações e Patrocínios, deverá consultar o seu Gestor ou a Gerência Jurídica.


5. REFERÊNCIAS

- PO-CT-03 - Política de Alçada de Aprovação
- PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública
- PO-JD-04 - Política Anticorrupção
- PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **Agente Público:** considera-se agente público aquele que exerce função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função. Também são considerados Agentes Públicos funcionários de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, nacionais ou estrangeiras, de autarquias, políticos, candidatos a cargo público ou pessoas próximas ou a eles relacionadas;
- **Administração Pública:** órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, nacionais ou estrangeiras. Para fins desta Política, estão incluídas no conceito de Administração Pública as empresas privadas que prestam serviço público por concessão, autorização ou permissão, organizações públicas internacionais e partidos políticos;
- **Apoio:** qualquer contribuição que não se reverta em ganho pecuniário ou financeiro ao beneficiário e seja destinada a fomentar os interesses e valores essenciais do Instituto;
- **Colaboradores:** todo e qualquer funcionário de nossa organização, de empresa contratada ou membros de Comissões e/ou Comitês - grupos componentes do IBP, compostos por representantes dos Associados, Diretoria e Conselho de Administração;
- **Doação:** qualquer contribuição (financeira ou não) a pessoa física ou jurídica, quando não há em troca qualquer tipo de encargo à Entidade Beneficiada e/ou benefício direto ao doador (contrapartida), tal como o caso de doações de valores ou materiais para ações sociais, filantrópicas e afins;
- **Entidade Beneficiada:** Instituição voltada à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- **Entidade Patrocinadora:** Empresa privada ou órgão público patrocinador de eventos promovidos pelo IBP;
- **IBP:** Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;
- **Patrocínio:** qualquer contribuição (seja transação bancária, bens ou serviços) destinada ao financiamento de determinados projetos, de fomento a cultura, esporte, estudos clínicos,

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

pesquisas científicas e afins, em troca da eventual divulgação ou propaganda de marcas/produtos, tal como financiamento de eventos relacionados à área da saúde;

- **Vantagem Indevida:** todo e qualquer item que pode ser utilizado como suborno, com ou sem valor comercial determinado, como por exemplo presentes, viagens, ingressos de eventos, promessas de emprego, vagas em instituições de ensino, informações comerciais, quotas ou ações em sociedades, etc;
- **Terceiros:** toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros.

7. POLÍTICA

Regra Geral


Para os fins desta Política, Doação é qualquer contribuição (recursos financeiros ou produtos) destinada à pessoa física ou jurídica, quando não há em troca qualquer tipo de encargo à Pessoa Beneficiada e/ou benefício direto ao doador (contrapartida), tal como o caso de doações de valores ou materiais para ações sociais, filantrópicas e afins.

Patrocínio, por sua vez, é qualquer contribuição (recursos financeiros, produtos ou serviços) destinada ao financiamento de determinados projetos (sejam de caráter social, cultural, esportivo ou qualquer outro), em troca da eventual divulgação de atividades, marcas e/ou produtos.

Apoio é qualquer contribuição que não se reverta em ganho pecuniário ou financeiro ao beneficiário e seja destinada a fomentar os interesses e valores essenciais do Instituto.

7.1. Doações pelo IBP

Doações para fins filantrópicos ou beneficentes devem ser previamente aprovadas e documentadas, e somente podem ser feitas por razões beneficentes ou assistenciais legítimas.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

Toda solicitação de contribuição deverá ser cuidadosamente analisada, de maneira a se avaliar a idoneidade da Entidade Beneficiada e os riscos associados à contribuição ou doação. Se necessário, será feito um levantamento a respeito da Entidade Beneficiada, seu registro regular nos termos da lei, além de eventuais laços com Agentes Públicos ou PEPs envolvidos em decisões que possam ser de interesse do IBP, ou na fiscalização de suas atividades.

A Entidade Beneficiada deve, preferencialmente, atender aos seguintes requisitos:


- possuir no mínimo, dois anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- possuir experiência prévia na realização, com efetividade, da atividade; e
- possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos que são o objetivo da doação.

A contribuição ou doação devem obrigatoriamente ser feitas em favor e em nome da instituição, nunca em nome de pessoa física. Em nenhuma hipótese o pagamento poderá ser feito em dinheiro ou por meio de depósito em conta corrente de pessoa física. Será sempre necessário obter recibo ou documento/comprovante equivalente detalhado e assinado pelo administrador legalmente constituído da instituição.

As doações devem observar eventual legislação específica a respeito da Entidade Beneficiada, caso existente.

Com relação aos Órgãos Públicos, nenhuma Doação, quando permitida, deve ser concedida com o intuito de influenciar ou compensar ato ou decisão por parte do Órgão e/ou de Agente Público, em respeito às diretrizes desta Política e da Política **PO-JD-04 - Política de Anticorrupção**.

As solicitações de contribuição ou doação beneficente devem ser feitas por escrito e exigem a aprovação prévia e unânime do Gestor responsável pela área solicitante e da Gerência Jurídica.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

As solicitações por escrito devem ser preenchidas pelo Colaborador e/ou Área Solicitante que desejem solicitar a realização de doações pelo IBP. O Colaborador e/ou Área Solicitante deve enviar a solicitação à Controladoria para análise, que seguirá o fluxo de aprovação abaixo:




- (i) O Colaborador e/ou Área Solicitante deverá enviar a solicitação e encaminhar para apreciação da Controladoria;
- (ii) A Controladoria fará uma análise prévia da capacidade financeira do IBP em assumir o compromisso da doação e a pertinência da doação conforme seu objetivo e Entidade Beneficiada;
- (iii) A Gerência Jurídica realizará a Análise de Antecedentes da Entidade Beneficiada (*Background Check*) conforme a Política **PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes**, para identificação de potenciais riscos legais e/ou reputacionais envolvidos;
- (iv) Após a análise, a Gerência Jurídica encaminhará a doação para aprovação da Diretoria Executiva;
- (v) Caso a solicitação seja aprovada caberá à Gerência Jurídica a elaboração de instrumento contratual escrito;
- (vi) Os instrumentos contratuais deverão ser vistos pela Gerência Jurídica antes da sua assinatura pelos representantes legais do Instituto;
- (vii) O Colaborador e/ou Área Solicitante arquivará o contrato e o Contas a Pagar efetuará a doação.

A Entidade Beneficiada deverá prestar contas ao IBP da fiel destinação dos recursos doados, em observância às diretrizes da presente Política, aos princípios e valores do Instituto refletidos no seu Código de Ética e às demais políticas internas do Instituto aplicáveis. A documentação de prestação de contas enviadas pela Entidade Beneficiada ao Colaborador e/ou Área Solicitante deverá ser entregue à Controladoria para análise, que seguirá o fluxo de aprovação abaixo:



- (i) O Colaborador e/ou Área Solicitante encaminhará a documentação de prestação de contas da Entidade Beneficiada para apreciação da Controladoria;

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

- (ii) A Controladoria analisará a prestação de contas para conciliar os valores repassados pelo Contas a Pagar para a Entidade Beneficiada com os recursos gastos e confirmar a fiel destinação dos recursos;
- (iii) A Gerência Jurídica analisará o parecer da Controladoria sobre a prestação de contas da Entidade Beneficiada e confirmará a fiel execução do contrato;
- (iv) Após a análise, a Gerência Jurídica encaminhará os pareceres para aprovação da Diretoria Executiva;
- (v) A Gerência Jurídica arquivará a documentação enviada pela Entidade Beneficiada, os pareceres e a aprovação prestação de contas junto com o contrato.

7.2. Captação de Recursos entre Associados para fins filantrópicos ou de interesse do IBP


O Instituto poderá ser instado pelos Associados, a promover iniciativas de captação de recursos entre seus Associados para intermediação de iniciativas que observem as diretrizes da presente Política, os princípios e valores do Instituto refletidos no seu Código de Ética e as demais políticas internas do Instituto aplicáveis. A iniciativa deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em ata.

O Instituto poderá intermediar doações, promoção de campanhas publicitárias ou de comunicação, ou custeio de atividades de interesses coletivos do Instituto ou da sociedade.

Os Associados que desejarem contribuir deverão solicitar por escrito à Gerência de Comunicação e Relacionamento com Associados. Caberá à Gerência de Comunicação e Relacionamento com Associados, supervisionada pela Diretoria Executiva Corporativa e com apoio de outra(s) Gerência(s) afins, se houver, executar a iniciativa.

A destinação dos recursos captados deverá obedecer às diretrizes da presente Política, aos princípios e valores do Instituto refletidos no seu Código de Ética, às atividades previstas no seu Estatuto Social e às demais políticas internas do Instituto aplicáveis.

A Gerência de Comunicação e Relacionamento com Associados deverá prestar contas trimestralmente ao Conselho de Administração do dispêndio dos recursos captados até que todo o montante tenha sido dispendido.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

7.3. Doações e contribuições políticas

O IBP adota como princípio a atuação isenta e apartidária. Sendo assim, são expressamente proibidas quaisquer contribuições, doações e patrocínios políticos, a campanhas políticas e/ou a candidatos a cargos públicos com recursos do IBP, conforme legislação aplicável em vigor¹.

Contudo, são permitidas Doações de recursos financeiros a projetos culturais, esportivos sociais, entre outros.

7.4. Patrocínios pelo IBP


São permitidos Patrocínios, por meio da concessão de recursos financeiros, produtos ou serviços, destinados à projetos e/ou iniciativas diversas (desde que permitidas por Lei e em consonância aos valores éticos adotados pelo Instituto), em contrapartida de divulgação das atividades, marcas ou produtos do IBP.

Também são permitidos Patrocínios para aumentar a visibilidade do setor, promover a imagem da indústria, fomentar discussões técnica e científicas, dentre outras iniciativas que contribuam para o cumprimento das atividades e finalidades do Instituto.

Os Patrocínios podem ser feitos apenas para pessoas jurídicas, tanto do setor público quanto privado, incluindo organizações do Terceiro Setor (desde que permitidas por Lei e em consonância aos valores éticos adotados pelo Instituto).

Com relação aos Órgãos Públicos, nenhum Patrocínio, quando permitido, deve ser concedido com o intuito de influenciar ou compensar ato ou decisão por parte do Órgão e/ou de Agente Público, em respeito às diretrizes desta Política e da Política **PO-JD-04 - Política de Anticorrupção**.

¹ Mudança introduzida pela reforma eleitoral (Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015) e decisão do Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4650, as quais passaram a vedar contribuições eleitorais por pessoas jurídicas.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

7.5. Captação de Patrocínios para o IBP

O recebimento de Patrocínios pelo IBP, de entidades públicas ou privadas, é autorizado desde que sua concessão seja permitida por Lei e pelas normas internas da entidade que deseja ser patrocinadora e siga os procedimentos internos estipulados para tanto.


Com relação ao Patrocínio feito por Órgãos Públicos nos eventos do IBP, deverá seguir os mesmos padrões de contrapartida e divulgação das atividades, marcas ou produtos previstos para outros patrocinadores.

As contrapartidas ao Patrocínio de Órgão Público nos eventos do IBP não devem ser oferecidas com o intuito de influenciar ou compensar ato ou decisão por parte do Órgão e/ou de Agente Público, em respeito às diretrizes desta Política e da Política **PO-JD-04 - Política de Anticorrupção**.

A Gerência de Eventos seguirá o fluxo de aprovação abaixo:



- (i) Gerência de Eventos coletará informações básicas da Entidade Patrocinadora e encaminhará para Gerência Jurídica;
- (ii) Gerência Jurídica realizará, somente quando necessário ou solicitado pela área, a Análise de Antecedentes da Entidade Patrocinadora (*Background Check*), conforme a Política **PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes** para identificação de potenciais riscos legais e/ou reputacionais envolvidos;
- (iii) Após a análise, a Gerência Jurídica encaminhará a doação para aprovação do órgão competente conforme a Política **PO-CT-03 - Política de Alçada de Aprovação**;
- (iv) Caso a solicitação seja aprovada caberá à Gerência Jurídica a elaboração de instrumento contratual escrito;
- (v) Os instrumentos contratuais deverão ser vistos pela Gerência Jurídica antes da sua assinatura pelo órgão competente;
- (vi) A Gerência Solicitante arquivará o contrato e o Contas a Receber controlará a entrada do montante do patrocínio.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

7.6. Apoio do IBP a Frentes e Grupos Parlamentares

A concessão de Apoio a Frentes e Grupos Parlamentares pelo IBP deverá seguir as diretrizes básicas previstas nesta Política, na Política **PO-JD-04 - Política Anticorrupção** e na Política **PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública**. A sua concessão deve ser permitida por Lei e pelas normas internas da entidade que deseja ser apoiada e seguir os procedimentos internos da entidade estipulados para tanto.

Previamente à concessão de Apoio, o Instituto deverá realizar Análise de Antecedentes conforme o nível de risco da entidade descrito na Política **PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes**.


O Apoio concedido pelo IBP deverá ser, obrigatoriamente, formalizado por meio de instrumento contratual a ser elaborado pelo Instituto e deverá ser divulgado de maneira formal e ostensiva pela entidade.

A concessão de Apoio pelo IBP estará condicionada à anuência da entidade aos termos previstos no instrumento contratual a ser proposto pelo Instituto para celebração entre as partes. O instrumento contratual preverá (i) cláusula anticorrupção; (ii) cláusula de auditoria obrigatória; (iii) cláusula de dever de transparência e prestação de contas da destinação do Apoio e atividades desempenhadas; e (iv) cláusula de adesão às políticas internas de *Compliance* do Instituto e realização de treinamento.

7.7. Apoio do IBP à Formação de Agentes Públicos vinculados a instituições públicas parceiras

A Diretoria Executiva do IBP, por ato de mera liberalidade do Instituto, poderá autorizar a concessão de descontos de 100% (cem por cento) a Agentes Públicos em cursos promovidos pela UnIBP, desde que vinculados a instituições públicas parceiras.

Caberá à Gerência da UnIBP assegurar, antes da concessão do desconto integral, que o agente público solicitante está vinculado à instituição pública parceira. Caso o agente público deseje

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

realizar um curso da UnIBP, mas não possua vínculo com instituição pública parceira, será concedido o desconto cabível conforme análise.

O IBP se reserva ao direito de decidir, discricionariamente, quais cursos terão a modalidade de desconto integral e quais instituições públicas serão parceiras em cada curso.


O Apoio do IBP à Formação de Agentes Públicos vinculados a instituições públicas parceiras deverá atender à Missão do Instituto de contínuo aperfeiçoamento da indústria por meio da discussão, geração e disseminação de conhecimento para a indústria e suas comunidades de influência e obedecer às diretrizes da presente Política, aos princípios e valores do Instituto refletidos no seu Código de Ética, às atividades previstas no seu Estatuto Social e às demais políticas internas do Instituto aplicáveis.

A concessão de Apoio à Formação de Agentes Públicos vinculados a instituições públicas parceiras deverá seguir as diretrizes básicas previstas nesta Política, na Política **PO-JD-04 - Política de Anticorrupção** e na Política **PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública**.

Previamente à concessão de Apoio, o Instituto deverá realizar Análise de Antecedentes conforme o nível de risco da entidade descrito na Política **PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes**.

O Apoio concedido pelo IBP deverá ser, obrigatoriamente, formalizado por meio de instrumento contratual a ser elaborado pelo Instituto e deverá ser divulgado de maneira formal e ostensiva pela entidade.

A concessão de Apoio pelo IBP estará condicionada à anuência da entidade aos termos previstos no instrumento contratual a ser proposto pelo Instituto para celebração entre as partes. O instrumento contratual preverá (i) cláusula anticorrupção; (ii) cláusula de dever de transparência e prestação de contas dos agentes públicos vinculados a instituição pública parceira beneficiários do Apoio; e (iii) cláusula de adesão às políticas internas de *Compliance* do Instituto.

	Código: PO-JD-06	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		

7.8. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações

A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.

Ainda que solicitado por um superior hierárquico, o Colaborador ou Terceiro não deve praticar nenhuma conduta em desacordo com as regras previstas nesta Política.

Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta Política ou no caso de suspeita de violação, consulte seu Gestor e a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente Política, registre sua suspeita por meio do site: <https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/>, e-mail: canaldeeticaibp@legaletica.com.br, Telefone: 0800 400 3333 ou WhatsApp: (11) 95271-1924, podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

7.9. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

7.10. Disposições finais

Essa Política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva. Qualquer alteração ou revisão desta Política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

8. ANEXOS

N/A.